



SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de ações de reestabelecimento, consistente na reinstalação do sistema de abastecimento de água/rede de água da Comunidade Beira Cancha, interior do município de Barra do Rio Azul – RS, com o fornecimento de materiais e mão de obra objetivando normalizar o abastecimento de água da referida comunidade, com utilização de recursos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, FUNDEC/RS, por meio do Fundo Municipal de Defesa Civil.

Contratada: HIDROART POÇOS ARTESIANOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.464.433/0001-47, com sede na Rua Floresta, 185, na cidade de Barão de Cotegipe – RS.

Preço: R\$ 52.996,60 (cinquenta e dois mil, novecentos noventa e seis reais e sessenta centavos).

Dotação Orçamentária:

03. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

2127. AÇÕES COBRADE 1.4.1.1.0 – PORTARIA Nº 012/SPDC/2025 – PROA Nº 25/0804-0000883-6

3390.30.00.00.00.00.1581(25368) Material de Consumo

3390.39.00.00.00.00.1581(25369) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Prazo da Contratação: fornecimento de materiais e instalação imediata.

JUSTIFICATIVA: Execução emergencial, na forma de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra, para a reinstalação/recuperação do sistema de abastecimento de água/rede de água da Comunidade Beira Cancha, conforme proposta.

Trata-se de procedimento de dispensa de licitação, visando a contratação de empresa para a execução de obras emergenciais de reinstalação/recuperação do sistema de abastecimento de água/rede de água, com fornecimento de material e mão de obra, por intermédio de dispensa de licitação nos termos do artigo 75, VIII, da Lei 14.133/21, mediante percepção de valor determinado.

O Município possui o poço da Comunidade Beira Cancha o qual teve sua motobomba avariada, inclusive a mesma para ser retirada do local necessita da atuação de um caminhão guincho, uma vez que em tentativas anteriores a mesma acabou se descolando da tubulação



e caindo no fundo do poço, portanto sem operação e sem possibilidade de recuperação. Ainda, das tentativas restou danificado o tubo de sustentação da bomba que necessita ser parcialmente substituído. Por fim, a fiação deteriorada pelo tempo, necessita ser inteiramente substituída até para que se possa garantir o funcionamento da nova motobomba a ser instalada, garantindo assim o uso e o fornecimento de água pelo mesmo e com segurança, reestabelecendo o abastecimento de água na região atendida por aquela unidade.

O Município saiu de uma situação de calamidade por enxurrada e entrou e está em situação de emergência por estiagem, o que, dentre outras consequências, teve danos também no fornecimento e abastecimento de água, comprometendo a continuidade dos serviços públicos, com o que se faz necessário, com urgência a recuperação deste poço perfurado na Comunidade Beira Cancha para reestabelecer e retomar o fornecimento normal do sistema de abastecimento de água / redes de água, do município.

Ter o abastecimento de água com qualidade, continuidade e quantidade necessária, além da continuidade dos serviços públicos de fornecimento de água potável, é garantia de segurança a saúde das pessoas. Seja em estiagem seja em enxurradas, o abastecimento de água é indispensável para a continuidade dos serviços e segurança das pessoas, além de evitar o perecimento destas estruturas.

O inciso VIII do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21, dispõe que é dispensável a licitação “nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;”

Temos que é exatamente este o caso. Se está diante de uma situação de emergência, com urgência na tomada de medidas tendentes a dar o atendimento de uma situação que pode ocasionar prejuízos e comprometer a segurança das pessoas, de bens e continuidade dos serviços públicos, ocasionado em face das intempéries, antes das enxurradas e agora da estiagem que atingiu e assolou o município, e que continua a fazer estragos.



Para aplacar os danos e garantir um mínimo a continuidade dos serviços públicos e a segurança das pessoas se faz necessário a reinstalação / recuperação deste poço artesiano com vistas à retomada da capacidade de abastecimento.

As obras emergenciais propostas são aquelas mínimas necessárias a garantir a retomada no fornecimento regular de água potável para se atender aquela situação que é inadiável.

A Lei Federal nº 14.133/21 traz como inovação ao ordenamento jurídico a utilização da dispensa quando caracterizada a urgência em atendimento de uma situação que possa comprometer a continuidade dos serviços públicos e a segurança das pessoas. Embora demonstre um caráter inovador, trata-se de prática já consolidada, mas agora incorporada na Lei. Assim, reforça a importância de somente o necessário ao atendimento da situação emergencial ou de calamidade pública.

Nas contratações diretas a emergência corresponde (JUSTEN FILHO, 2021, p. 1.040) com a necessidade de atendimento imediato, cujo decurso de tempo poderia vir a produzir riscos iminentes dos valores a serem tutelados, através desta modalidade acautelatória dos interesses que estão sob a tutela do Estado.

Tal dispensa de licitação destina-se somente para contratação das obras necessárias ao reestabelecimento, ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa, para segurança de pessoas e bens e continuidade dos serviços públicos e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

Este é exatamente o caso. Se tratam de obras emergenciais, de reinstalação / recuperação de poço artesiano, integrante do sistema municipal de abastecimento de água / redes de água, destinados a atender aquilo que a situação fática indica não haver outra alternativa, se utilizando ou reaproveitando o que for possível, para tentar garantir a continuidade dos serviços de fornecimento de água, se tratando de um bem, de um serviço de primeira grandeza, para evitar o perecimento das estruturas, da segurança das pessoas e continuidade dos serviços públicos.

Em verdade o procedimento de contratação direta por dispensa nos casos de emergência ou de calamidade pública busca o atendimento de situação que possa causar prejuízo a bens ou a pessoas, ou comprometer a continuidade dos serviços públicos.

Temos, com firmeza, que é exatamente o caso em liça.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARRA DO RIO AZUL
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**



Tendo em vista a necessidade e a legalidade, pela emergencialidade e peculiaridade do objeto, enquadrado no dispositivo legal citado acima, entende-se configurada a hipótese de execução de obras emergenciais mediante dispensa de licitação, amparada pelo artigo 75, VIII, da referida Lei, para reestabelecimento emergencial do poço artesiano na Comunidade Beira Cancha.

O preço a ser praticado está compatível com o preço de mercado.

O fornecimento dos materiais e a execução das obras serão do tipo imediato.

A escolha dos fornecedores se deu com base em pesquisas de preços e que tem condições de imediato início e término das obras.

Estando o preço compatível com os praticados no mercado, observada a singularidade e peculiaridade do objeto, no atendimento das disposições insertas no art. 72 e decorrentes da Lei Federal nº 14.133/21, com a devida publicação do ato concernente na imprensa oficial, restam atendidos os requisitos da dispensa da licitação a teor do artigo 75, VIII, daquele Texto Federal.

Integra o presente, na forma de anexo:

- I – Proposta financeira;
- II – Ato constitutivo;
- III – Negativas fiscais;
- IV – Orçamentos e comprovantes de compatibilidade de preços;
- V – Comprovação de existência de dotação orçamentária;

Assim, solicita-se o recebimento e processamento da presente nos termos da lei.

Barra do Rio Azul, 23 de maio de 2025.

**Mauro Antônio Serraglio
Secretário Municipal da Administração**